
As Festas Nacionais e seus objetos simbólicos na Corte Imperial: perspectiva de uma "tradição inventada"*

Adriana T. A. Martins Keuller**

INTRODUÇÃO

As Festas eram ocasiões em que a representação simbólica do poder se apresentava em público. Utilizando-se de uma dimensão mágica e sagrada, vários recursos eram então empregados, tais como: imagens, alegorias, emblemas, som e cores.

O dia de Festa era a ocasião de se conhecer uma determinada coletividade, suas tensões e contradições. Tornava-se por isso, momento oportuno em que os "senhores do calendário"¹ podiam governar a imaginação de seus participantes, criando uma forte afetividade e sensibilidade coletiva, confirmando assim uma unicidade.

Foi a partir da instauração de um calendário 'nacional' que o Estado Imperial criou, em 1848, as Festas Nacionais. Eram elas: o dia 25 de março, aniversário da Constituição do Brasil; o dia 7 de setembro, aniversário da Independência e o dia 2 de dezembro, aniversário natalício do Imperador D. Pedro II,

além dos domingos e dias santos de guarda².

Integrando as Festas Nacionais do Império do Brasil à esfera mais abrangente da cultura, utilizamo-nos do conceito de cultura de C. Geertz. Isto é, nós a pensamos como "estrutura de significados socialmente estabelecidos" e, como no entender do autor, cremos que cabe ao "historiador-etnólogo" ater-se ao sistema de símbolos e signos produzidos pelo homem para melhor entendê-lo³. Neste sentido, este artigo pretende analisar a representação simbólica que foi estabelecida pelas festas, enquanto parte integrante da "tradição inventada"⁴ de um novo poder que estava em construção. Cabe observarmos quais eram esses recursos simbólicos e como eles serviam para fundamentar essa tradição.

FESTAS, TEMPO E HISTÓRIA

O Estado Imperial criou, na própria concepção das Festas, um novo tempo: extraordinário e ao mesmo tempo rotineiro, que pu-

* Este artigo faz parte de algumas considerações desenvolvidas em minha Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura defendida na PUC- RIO, setembro de 1998, sob o título: "Festas, Memória e Identidade Nacional na Corte Imperial".

** Professora Substituta do Deptº de História da UFES.

desse propor uma promessa de um futuro novo, mas que, em alguns aspectos, se mantivesse ligado ao passado. Isso porque as Festas, de maneira geral, permitiam uma “dupla abertura”; “do presente da festa para o passado e para o futuro”⁵.

Assim, a instauração de uma nova era por meio das Festas, deu-se com a celebração da Maioridade de Pedro II. Esta foi iniciada ao começar⁶ “a fixar data e celebração de uma circunstância particular”⁷, como a Aclamação e Coroação do Imperador. Evento festivo de extrema importância para esse novo tempo, ele tinha

nove dias [...] consagrados à celebração desse feliz evento, nove dias de ventura para o bom fluminense, porque são outros tantos dias dedicados ao monarca, e nós fluminenses, bem como todos os brasileiros, sabemos que à sorte do monarca está ligada a nossa sorte⁸,

como nos informava o **Jornal do Comércio** em 1841. Sem dúvida, que estava lançada a sorte do Império com a Maioridade de Pedro II e, com ela, o jogo de interesses envolvidos em questão.

Vendo a necessidade de adiantar sua Maioridade, transformaram o jovem rapaz Pedro II em um homem. Esta transformação foi observada por Kidder e Fletcher, que afirmavam que ele “era muito crescido para sua idade, porém não tinha ainda as harmoniosas proporções que presentemente tanto o distingui[am], o seu espírito era, por natureza, completamente maduro”⁹. Precisavam, portanto, mostrar aos

brasileiros e ao mundo que o Império do Brasil era dirigido e governado por um homem forte, e a imagem de um Imperador jovem não bastava para isto. Para tal, era preciso a figura de um homem maduro.

Antecipando-se a sua maioridade, tentava-se consolidar uma noção de ordem em que a figura do monarca se confundisse com a própria Coroa¹⁰. Por ser um acontecimento de duplo sentido, a Maioridade simbolizava continuidade e ruptura, e fixava as raízes de um tempo novo no solo americano.

Eventos como esse podiam ser considerados marcantes para o novo tempo. Era o que demonstrava Rafael M. de Carvalho, que comentava, em 1841, ao Cônego Januário da Cunha Barbosa a necessidade de “perpetuar as demonstrações, que o Povo desta capital tem dado leituras e adesão à Sagrada Pessoa de S. M. I. em diversas ocasiões de festejos públicos (...)”¹¹.

A Festa de Aclamação e Sagração do Imperador foi, sem dúvida, muito importante para esse novo tempo, já que, de acordo com os contemporâneos, tratava-se de um

acontecimento que marca com distinção em época a mais prometedora de brilhantes futuros [d]este Império e em que este Leal Povo fluminense tanto se distinguia por estar compenetrado de tão sublime verdade¹².

Ela teve assim, vários dias de comemoração. O primeiro dia de Festa foi marcado pela entrada do Imperador na cidade, o seguinte pela sua Sagração e o terceiro, pelo

recebimento das felicitações. Os outros seis dias subseqüentes foram dias festivos¹³.

FESTAS, SÍMBOLOS E “TRADIÇÃO INVENTADA”

Várias medidas haviam sido tomadas pela Secretária de Estado dos Negócios para organizar o grande evento festivo da Aclamação e Sagração do Imperador D. Pedro II. Um programa¹⁴ fora elaborado descrevendo a entrada e a saída do Imperador, além da ordem do cortejo e daqueles que participariam da cerimônia ostentando as insígnias imperiais.

Interessam-nos, aqui, os recursos simbólicos empregados durante esta cerimônia festiva. Dentre as Insígnias Imperiais, destacamos, primeiro, o Manto do Fundador do Império: conjunto de trajes feitos em Portugal para D. Pedro I. Como já observado por Maria Eurydice de Barros Ribeiro, com ele pretendia-se fazer um “estilo nacional”, principalmente no que concerne à pelerine de penas de tucano, que cobria os ombros, e que tinha um bordado de folhas e fruto de palmeira. Já o Manto do Imperador, era de veludo verde escuro, ornado de dragões, esferas e estrelas bordadas.

Havia ainda a Espada Imperial do Ipiranga, uma insígnia importante porque fazia recordar “uma época memorável para o Brasil”¹⁵: o dia Sete de setembro. Com essa insígnia se observava um livro de veludo verde, intitulado *Independência ou Morte*. A espada era a mesma que Pedro I trazia consigo e que continha o reconhecimento da Independência. E a Espada de D. Pedro II tinha o punho em forma de cruz e era possível ler nela

a inscrição “Pedro III”, com a representação da Coroa de Bragança.

Junto à Espada do Ipiranga, tinha-se a Constituição do Império, “base das nossas instituições”¹⁶ e “condição de nossa existência”¹⁷.

O Globo Imperial possuía uma esfera ricamente adornada com 19 estrelas cortadas pela cruz da Ordem de Cristo. Essa esfera continha em seu centro uma outra esfera, que era atravessada pela mesma cruz e na qual se podia ler: “Pedro II Imperador do Brasil, 18 de julho de 1841”. Ali apresentava-se uma pequena esfera com o Grande Selo Imperial. Representando a totalidade, o Globo era a afirmação da soberania universal, principalmente sobre o reino.

A Coroa estava ornada com florões de ouro e escudos do Brasil, além de ter o globo e a cruz representados. Havia também o cetro, o mesmo utilizado por D. Pedro I. Ambos demonstravam a importância da continuidade no poder da dinastia de Bragança; enfim, a importância de se recuperar positivamente o legado da antiga metrópole, de forma a conservar alguns dos monopólios criados.

Mantendo a tradição, o ritual festivo se utilizou dos mesmos três elementos portados por D. Pedro I para legitimar a monarquia: o manto, a espada e a constituição. Mas, devido a outras circunstâncias históricas, a cerimônia festiva baseava esta legitimidade mais na Constituição brasileira, de modo a lembrar a ordem sobre a qual se apoiava este Império: uma ordem soberana, como demonstrada pelo Globo. Assim, as insígnias representavam, simultaneamente, a emancipação do Império e a sua organização política¹⁸, lembrando que a monarquia constitucional bra-

sileira, por ser soberana, “evocava claramente suas origens americanas”¹⁹.

Se, por um lado, a monarquia era legítima e se mostrava soberana, por outro, ela realçava sua aproximação às monarquias européias através da ligação com a Coroa Portuguesa. As insígnias utilizadas no evento festivo buscavam fundar a legitimidade do Brasil em face das outras nações do mundo, servindo-se do ritual de algumas tradições portuguesas e inovando outras.

Outras insígnias apareciam no ritual festivo, como o Anel, as Luvas Cândidas e a Mão da Justiça – todas muito ricas. Muitas delas haviam sido utilizadas por D. Pedro I em sua Sagração.

Depois de iniciado o “projeto nacional” por meio das Festas, os organizadores tiveram a preocupação de distribuir um sistema de Festas que recortasse o ano em um calendário “nacional”. Criava-se, então, dentro desse “projeto”, aquelas que primeiro foram chamadas Festas Nacionais do Império do Brasil: o dia 25 de março, aniversário da Constituição do Brasil, o dia 7 de setembro, aniversário da Independência, e o dia 2 de dezembro, aniversário natalício de Pedro II.

Dando continuidade à necessidade de reconhecimento e afirmação da monarquia brasileira, aumentaram-se as representações simbólicas no Império, como uma maneira hábil de evidenciar sua legitimidade. Tais representações estavam freqüentemente presentes, por exemplo, nas ornamentações dos coretos erguidos nas festividades das Festas Nacionais. Para observarmos melhor sua presença, vale destacarmos alguns coretos levantados pelas diferentes Sociedades que parti-

cipavam dessas Festas.

No Largo do Paço, em 1858 por exemplo, o coreto dos Artistas fora montado de forma octógona, era coroado por uma cúpula sobre a qual flutuava a bandeira nacional e tinha, no centro, um altar com o busto de D. Pedro I. Em cada arco que formava o coreto havia versos rimados, onde se lia:

Activo esmero ao trabalho,
patriotismo e ciência,
santo amor da liberdade,
são frutos da independência.
Raiou no céu do Ypiranga,
heróica emancipação,
a seu brilho unida e nobre,
tornou-se o Brasil nação.
Em honra da pátria livre,
eleva a D. Pedro I,
gratas preces d[e] saudades,
o artista brasileiro, nas artes
e gênero exalta, a perfeição e beleza,
por seres dona no céu próspero,
a par da glória e riqueza.²⁰

Os versos exaltavam a Independência, a organização política da monarquia brasileira e sua constituição como nação soberana.

Outro coreto fora montado no Largo de São Domingos, com a forma de um templo apoiado sobre quatro colunas. Centralizado por uma esfera e uma bandeira nacional de seda, ostentava ainda mais quatro bandeiras em cada coluna²¹.

Já na chamada rua nova do Livramento, fora montado um arco, pela Sociedade Patriótica, formado por três arcades intercaladas entre seis colunas. No alto viam-se em rele-

vo as armas do Brasil guardadas por dois dragões²². As primeiras, segundo Maria Eurydice de Barros Ribeiro, consistiam em um escudo verde, com o manto imperial sobreposto, no qual se via uma esfera celeste – um globo, com a cruz da Ordem de Cristo em seu fundo, simbolizando o Império. Em torno dele, apresentava-se um círculo com 19 estrelas de prata sobre um campo azul, correspondentes às províncias imperiais. À sua esquerda, figurava um ramo de café guarnecido com flores e frutos e, à sua direita, um outro ramo de tabaco em flores, ambos referentes ao novo estado do Brasil. Os últimos – os dragões –, representavam a herança portuguesa²³. Neste coreto, achava-se, em tamanho natural, a estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva²⁴.

Alguns dos mesmos elementos da Festa de Aclamação e Sagração do Imperador voltavam a aparecer na decoração das Festas Nacionais. Era o caso do coreto erguido no arsenal de guerra, onde costumava tocar a banda de música do local. A decoração instalada nesse coreto tinha a forma de castelo, em cuja torre havia um “transparente” representando a aurora do dia 2 de dezembro, dia do aniversário natalício do Imperador, que estava iluminando a terra de Santa Cruz. Ao fundo deste “transparente”, estava o manto imperial, sustentado por dois cetros, em alusão aos dois monarcas que haviam “esclarecido” o Império²⁵.

Outra sociedade enfeitou, no ano de 1858, a frente da casa de suas sessões com lindos festões de flores, globos e lampiões. Três placas ornadas de flores continham as seguintes inscrições: a do centro – “7 de setembro”; a das laterais – “Prata e Amazo-

nas”. Além disso, bandeiras de seda com fitas largas franjadas, escritas “Sociedade Petalógica”, decoravam a casa²⁶. A referência aos limites fronteiriços do Império era explícita. Convinha lembrar a grande obra da monarquia – a garantia da união territorial – e, com ela, a tentativa de estabelecer uma noção de identidade.

Em outro coreto instalado no Largo de São Francisco, no mesmo ano, vinte colunas em círculo, cujos capitéis eram coroados por diferentes estrelas transparentes, representavam as 20 províncias de todo o Império. Cada coluna tinha um escudo da província correspondente, decorado com uma grinalda de flores. As colunas estavam presas entre si por festões de flores que simbolizavam a união de todas elas, ou seja, a integridade do Império e, conseqüentemente, a aceitação da independência. Os festões de flores ligavam-se a uma coluna maior, cheia de faixas de seda de diversas cores e com estrelas de ouro, representando o emblema da Independência nacional. Nesta coluna central tinha-se a seguinte inscrição: “Independência”. E, em frente à rua do Ouvidor, podia-se ver, ainda, a efígie do fundador do Império e, em seu lado oposto, uma pintura do sol, com a legenda: “7 de setembro”. Em cima desta coluna central, vinha representado o Cruzeiro do Sul, com suas cinco estrelas, sobremontado pela Coroa Imperial²⁷. A primeira representação simbolizava uma antiga idéia de Império que a coroa portuguesa possuía, enquanto a segunda refletia a própria monarquia.

Todas essas representações dos coretos reforçavam a idéia de soberania do Império,

representada pela figura do Imperador. Reafirmando sua opção pela instituição monárquica, o Império pretendia, em alguns aspectos, se aproximar da dinastia de Bragança, em outros, fazia questão de mostrar-se diferente. O Brasil, único país monárquico na América, exaltava, por meio das Festas, a sua imensidão e grandeza, sua integridade e sua provável capacidade de conquista, idealizada pelo Cruzeiro do Sul.

As Festas também se utilizavam do hino e da bandeira, recursos estes empregados freqüentemente pela população. Aos poucos, eles se tornaram objetos quase que obrigatórios nas festividades nacionais. O hino, principalmente, serviu como uma forma de unificar um sentimento coletivo da população, mesmo que esta se apresentasse bastante diferenciada. Esses símbolos foram se tornando a identificação oficial do Império do Brasil. Atribuía-se a ambos a capacidade de fazer extravasar uma emoção quase "cívica" dos membros desta comunidade dita nacional que se queria instaurar.

As próprias cores que adornavam as Festas, por um lado, emprestavam as tradições da Coroa Portuguesa e, por outro, buscavam as singulares características do solo americano. Segundo Maria Eurydice de Barros Ribeiro, as cores imperiais eram a associação do verde e do amarelo. Enquanto ligadas à Dinastia de Bragança, as cores brasileiras remetiam à imagem do dragão heráldico português, que era freqüentemente colorido de verde, mas exaltavam os símbolos das riquezas do solo americano²⁸.

Outra forma de se fazer presente a figura do Imperador nas Festas era representá-lo por

meio de retratos, já que muitas vezes a ausência de sua presença física era inevitável, principalmente nas demais províncias do Império.

Assim, um mesmo ritual festivo podia ser também realizado, enquanto minidrama, em todas as outras províncias do Império, como narra José Wanderley Araújo Pinho, a respeito da Festa do dia 2 de dezembro do ano de 1853, na Bahia. Esperando, assim, que se iniciasse a hora do cortejo, viam-se na grande sala,

numa espécie de trono, (...) os retratos do Imperador e da Imperatriz. A um lado dos retratos o presidente e o arcebispo, do outro o comandante das armas, o comandante da guarda nacional e outras altas autoridades²⁹.

Os retratos sempre foram considerados objetos de veneração por parte da população. Na América Espanhola, fora também comum venerar retratos de certos membros da família Real, durante vários eventos festivos, como: nascimento, batizado, bodas, etc. Muitas vezes "*los enmarcaban con doseles y los paseaban por las calles en majestuosas carrozas*"³⁰.

Durante as Festas Nacionais, aproveitava-se a ocasião para inaugurar tais retratos. Foi o que aconteceu na Festa do natalício do Imperador, quando o retrato de D. Pedro II, feito por Francisco de Souza Lobo, foi colocado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro³¹.

Não faltaram ocasiões para que muitos pintores locais demonstrassem suas habilida-

des de retratistas. Como nem todos podiam, entretanto, apreciar o modelo para fazer sua obra, aqueles que habitavam a Corte aproveitavam a oportunidade para fazer o retrato do Imperador ou da família imperial e depois vendê-lo. Era assim, pois, que se anunciava no jornal a venda de um retrato de S. M. Imperador, na rua do Ouvidor. Feito em escultura por Frederic Sauvage,

por meio do fisionotipo, o retrato acabava de dar a luz uma redução do mesmo, igualmente aplicado sobre um rico quadro ornado da Coroa Imperial e do nome em baixo relevo³².

Havia também outras maneiras de render homenagens aos dias festivos. Muitas vezes publicavam-se no jornal vários poemas, além de colocá-los em exposição pelas ruas da cidade nesses dias. É o que aconteceu, no ano de 1840, durante os festejos do aniversário de D. Pedro II, em que

diversos arcos com emblemas alegóricos, divisas e versos se erigi[am] desde o princípio do Aterrado até a rua Direita, rivalizando todos em elegância e beleza³³.

Outra forma muito comum de prestar homenagem às Festas Nacionais era enviar poemas ao próprio Imperador. Como exemplo deste último caso, Vicente V. Pavuna, em 1874, enviou ao Imperador uma poesia dedicada ao aniversário do juramento à Constituição³⁴.

CONCLUSÃO

Forma de lembrar a existência da monarquia constitucional enquanto instituição, tais homenagens empreendidas nas Festas Nacionais ajudavam a representar o Imperador, a quem todos deviam acatar e reverenciar como Soberano, levando em consideração a realidade política e social a que estavam sujeitos.

As Festas, na sua exaltação, promoviam também o desaparecimento das fronteiras interiores, a abolição das disparidades regionais e enfatizavam um certo consentimento místico em sua dimensão simbólica³⁵, ao pregarem uma unicidade entre seus participantes.

A ordem simbólica criada para a monarquia constitucional brasileira permitia representar o Imperador, mesmo em sua ausência. Era Sua pessoa que tornava o Império uma forma de referência concreta para seus súditos e para outras nações. A utilização desse conjunto mágico de símbolos pelos rituais festivos permitia sentir-se o Império. A bandeira, as homenagens, o hino, a coroa davam todos continuidade ao discurso empregado, que fazia do Imperador um personagem quase onipresente.

Reapropriando-se das fórmulas tradicionais das monarquias européias, reproduziram-se aqui as mesmas dimensões mágico-simbólicas da Europa. Mas, seus objetos simbólicos representavam, simultaneamente, uma forma de continuidade da tradição européia e uma forma de descontinuidade, ao expressarem a afirmação, em solo americano, de uma monarquia constitucional.

Esta tradição inventada criava uma continuidade em relação a um passado histórico apropriado³⁶. Era, muitas vezes, repetidora da experiência europeia, mas, em outros aspectos, rompia radicalmente com esta, buscando seu caráter singular.

Os recursos simbólicos utilizados dramatizavam a reafirmação de um compromisso ou a sacralização da tradição. Competia à

coroa ser o ponto de condensação simbólica do Estado e da Nação assim construídos, ser sua representação, concentrando, na pessoa do Imperador, este imaginário da nação. As datas históricas, os lugares, os monumentos, os signos de poder, os gestos e os hábitos empregados nas Festas contribuía ainda mais para fundamentar essa tradição.

Notas

- 1 J. Le Goff. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp. 1992. p. 485.
- 2 **Almanaque administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1848. p.15
- 3 Clifford Geertz. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- 4 E. Hobsbawm & T. Ranger. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9.
- 5 Mona Ozouf. "A Festa: sob a Revolução Francesa". In: j. Le Goff & P Nora. **História: novos objetos**. RJ: Francisco Alves, 1976. p.217.
- 6 Ver terminologia adotada por Ozouf: começar, distribuir, comemorar e acabar. Ozouf. **La Fête révolutionnaire (1789-1799)**. Paris: Gallimard, 1978. pp. 260-344.
- 7 Ibid. p. 262.
- 8 **Jornal do Comércio do Rio de Janeiro**. 22 de abril, 1841. p. 1.
- 9 D. P. Kidder & J. C. Fletcher. **O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo**. Vol I. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. p. 258.
- 10 Ver a obra de Ilmar R. Mattos. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucutec, 1990.
- 11 "Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa". **Biblioteca Nacional (BN)**. Seção de Manuscritos. I-3, 11, 67, 1841.
- 12 Ibid.
- 13 **Jornal do Comércio do Rio de Janeiro**. 22 de abril, 1841. p. 1.
- 14 "Programa para as Festas da Sagração e Coroação de D. Pedro II". **Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI)**. I – POB, P.I. B do maço 102 doc. 5032.
- 15 "Disposições e descrição da Sagração e Coroação do Imperador". **AHMI**. I – POB – PI. B. do maço 119 – doc. 5886.
- 16 Ibid.
- 17 **Jornal do Comércio do Rio de Janeiro**. 25 de março, 1855, p. 1.
- 18 Maria Eurydice de Barros Ribeiro. **Os símbolos do poder**. Brasília: UNB, 1995. p. 89.
- 19 Ibid. p. 87.
- 20 **Jornal do Comércio do Rio de Janeiro**. 6 de setembro, 1858. p. 3.
- 21 **JC**. 6 de setembro, 1858. p. 3.
- 22 **JC**. 6 de setembro, 1864. p. 1.
- 23 Maria Eurydice de Barros Ribeiro. **Os símbolos do poder**. p. 98.
- 24 **Jornal do Comércio do Rio de Janeiro**. 6 de setembro, 1864. p. 1
- 25 **JC**. 2 de dezembro, 1860. p. 1.
- 26 **JC**. 6 de setembro, 1858. p. 3.
- 27 **JC**. 8 de setembro, 1858. p. 3.
- 28 Maria Eurydice de Barros Ribeiro. **Os símbolos do poder**. p. 88.
- 29 José Wanderley Araújo Pinho. **Salões e damas do Segundo Reinado**. SP: Martins, 1942. p. 41.
- 30 Ángel López Cantos. **Juegos, fiestas y diversiones en la América Espanola**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992. p. 27.
- 31 **Jornal do Comércio do Rio de Janeiro**. 2 de dezembro, 1854. p. 1.

- 32 **JC.** 2 de dezembro, 1840. p. 1.
 33 **JC.** 2 de dezembro, 1840. p. 1.
 34 “Poesia dedicada ao aniversário do Juramento da Constituição no dia 25 de março”. **BN.** Seção de Manuscritos. I-35, 10, 60, 1874.
 35 Pierre Nora. “Nação”. In: F. Furet & M. Ozouf. **Dicionário crítico da Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 808.
 36 E. Hobsbawm & T. Ranger. **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

Almanaque administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1848.
Jornal do Comércio do Rio de Janeiro (1840-1870).
Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
Biblioteca Nacional.

Obras Gerais:

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. **Enciclopédia Einaudi.** vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
 BALANDIER, George. **O Poder em cena.** Brasília: UNB, 1986.
 CANTOS, Ángel López. **Juegos, fiestas y diversiones en la América Espanõla.** Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.
 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das**

almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
 DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979.
 DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette.** São Paulo: Cia das Letras, 1988.
 FURET, F. & OZOUF, M. **Dicionário crítico da Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
 GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
 HOBBSAWM, E. & RANGER, T. **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1870: programas, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
 KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.
 LE GOFF, J. & NORA, P. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
 LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
 MATTOS, Ilmar R.. **O tempo Saquarema: a formação do estado imperial.** São Paulo: Hucitec, 1990.
 OZOUF, Mona. **La Fête revolutionnaire (1789-1799).** Paris: Gallimard, 1979.
 PINHO, José Wanderley Araújo. **Salões e damas no Segundo Reinado.** São Paulo: Martins, 1942.
 RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder.** Brasília: UNB, 1995.
 SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (org.). **A Festa.** vol. I e II. Lisboa: Universitária Editora, 1992.